

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Projeto de Lei nº 09 / 2.015.

“Acrescenta o artigo 83-A à Lei Municipal nº 1.159, de 18 de maio de 2.001 e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele, Prefeito, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica acrescentado o artigo 83-A, seus incisos e parágrafos à *Lei Municipal nº 1.159/2.001*, com as seguintes redações:

“Art. 83-A- Mediante requerimento formal do servidor público, poderá, a este, ser concedido afastamento para tratar de interesses pessoais pelo período de até dois anos, sem direito à percepção de remunerações e gratificações.

§1º- A solicitação referida no caput será dirigida ao Chefe do Poder Executivo no prazo de 5 (cinco) dias, por intermédio do servidor ao qual o requerente estiver imediatamente subordinado, de maneira digitada ou manuscrita pelo requerente e deverá obrigatoriamente conter:

- I- Nome completo do servidor;
- II- O período do afastamento;
- III- Data e hora da solicitação;
- IV- Assinatura do servidor.

§2º- Não terá direito ao afastamento o servidor ocupante de cargo em comissão ou que exerça função de confiança.


§3º- O pedido de afastamento será analisado pelo Chefe do Poder Executivo, que emitirá sua resposta justificada sobre o deferimento ou indeferimento do pedido no prazo de 30 (trinta) dias, depois de ouvido o superior imediato do requerente.

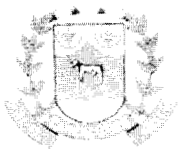
§4º- Do indeferimento caberá, a critério do funcionário solicitante, pedido de reconsideração.

§5º- Expirado o prazo de que trata o caput deste artigo, o servidor deverá retornar ao cargo imediatamente, sob pena de descumprimento de lei, tornando possível a adoção das medidas referidas nesta lei.”

Art. 2º- Revogadas as disposições em contrário, Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Careaçu, 14 de maio de 2.015.


Djalma Pelegrini
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Justificativa ao Projeto de Lei

Exmo. Sr. Presidente
DDs. Vereadores

O Projeto de Lei que neste momento lhes é apresentado tem o condão de sanar a lacuna existente na Lei que rege o Funcionalismo Público Municipal.

Referida Lei dá ao servidor público municipal o direito ao afastamento para servir em outro órgão ou entidade, para exercício de mandato eletivo, além de licenças. Porém não dá ao servidor o direito ao afastamento para cuidar de interesses pessoais.

Sabemos que muitos servidores necessitam afastar-se de suas funções para cuidar de assuntos alheios à administração, a exemplo: cuidar de um ente que encontra-se enfermo, ou ante a possibilidade de fazer uma viagem por tempo prolongado para melhoria dos estudos, ou porque o cônjuge fará uma viagem e este necessita acompanhá-lo etc.

Assim, com o fim de possibilitarmos mais este direito aos funcionários públicos municipais, vem referido Projeto de Lei ao conhecimento dos Caríssimos Vereadores, para que possam apreciá-lo, votá-lo e aprova-lo, seguindo os preceitos legais instituídos e que ao final, possa o Executivo sancioná-lo.

Cordialmente.

Djalma Pelegrini
Prefeito Municipal